

O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas

The brazilian university sports, official organization and academic athletic associations

Deporte universitario brasileño: organizaciones oficiales y asociaciones del deporte académico

Recebido: 05/06/2020 | Revisado: 07/06/2020 | Aceito: 09/06/2020 | Publicado: 21/06/2020

João Paulo Melleiro Malagutti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9906-9758>

Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí, Brasil

E-mail: joapaulomalagutti89@hotmail.com

Jeferson Roberto Rojo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6291-6247>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: jeferson.rojo@hotmail.com

Fernando Augusto Starepravo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1655-998X>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: fernando.starepravo@hotmail.com

Resumo

O esporte universitário é realizado no Brasil desde começo do séc. XIX e atualmente ocorre em dois formatos, o oficial com a organização por entidades consolidadas e representativas, e outro com organizações autônomas, organizadas e desenvolvidas por meio dos estudantes. O presente artigo tem como objetivo, descrever o processo de institucionalização e o posterior desenvolvimento do esporte universitário no Brasil e nas Instituições de Ensino Superior, evidenciando seu percurso histórico e sua realidade atual. O estudo caracteriza-se como qualitativo de natureza descritiva, pois buscou analisar o desenvolvimento do esporte universitário brasileiro e apresentar sua atual realidade. Como resultados, destacamos que os dois formatos de competição apresentam o sistema de disputa esportiva, utilizando-se das mesmas regras norteadoras das modalidades esportivas em comum, porém diferem-se em sua intencionalidade. Nas competições oficiais, há a busca da representação nacional por meio

dos resultados conquistados. Já nos eventos organizados pelos acadêmicos a socialização e as demais competições paralelas permitem aos acadêmicos disputas além das práticas esportivas.

Palavras-chave: Esportes; Universidades; Jogos recreativos.

Abstract

University sports have been held in Brazil since the beginning of the 19th century and currently occurs in two formats, the official with the organization by consolidated and representative entities, and the other with autonomous organizations, organized and developed through students. This article aims to describe the institutionalization process and the subsequent development of university sports in Brazil and in Brazilian universities, highlighting its historical path and its current reality. The study is characterized as qualitative of a descriptive nature, as it sought to analyze the development of Brazilian university sports and present its current reality. As a result, we highlight that the two competition formats present the sports dispute system, using the same guiding rules of the sports modalities in common, however they differ in their intentionality. In official competitions, there is a search for national representation through the results achieved. In events organized by academics, socialization and other parallel competitions allow academics to compete in addition to sports.

Keywords: Sports; Universities; Recreational.

Resumen

Los deportes universitarios se llevan a cabo en Brasil desde principios del siglo XIX y actualmente se presenta en dos formatos, el oficial con la organización por entidades consolidadas y representativas, y el otro formato con organizaciones autónomas, organizadas y desarrolladas a través de los estudiantes. Este artículo tiene como objetivo describir el proceso de institucionalización y el posterior desarrollo del deporte universitario en Brasil y en las instituciones de educación superior, destacando su trayectoria histórica y su realidad actual. El estudio se caracteriza por ser de naturaleza cualitativa y descriptiva, ya que buscó analizar el desarrollo del deporte universitario brasileño y presentar su realidad actual. Como resultado, destacamos que los dos formatos de competencia presentan el sistema de disputas deportivas, usando las mismas reglas de guía de las modalidades deportivas en común, sin embargo, difieren en su intencionalidad. En las competiciones oficiales, se busca la representación nacional a través de los resultados obtenidos. En los eventos organizados por

académicos, la socialización y otras competiciones paralelas permiten a los académicos competir además de los deportes.

Palabras clave: Deportes; Universidades; Juegos recreacionales.

1. Introdução

O esporte universitário apresenta-se como uma manifestação esportiva específica voltada ao público vinculado às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Assim como outras manifestações esportivas nacionais, o esporte universitário encontra-se em um processo contínuo de reestruturação e transformação.

No Brasil, suas primeiras manifestações foram realizadas por meio de alunos de intercâmbio, posteriormente desenvolvendo-se em universidades paulistas e cariocas (Toledo, 2006) regularizado e reconhecido pelo governo da época, sendo regulamentado por uma lei específica para o esporte universitário (Brasil, 1941a)

Hoje, oficialmente o esporte universitário brasileiro é organizado pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), sendo esta a entidade responsável pela gestão do esporte universitário, organização de competições e representação nacional e internacional do esporte universitário brasileiro. Em conjunto à CBDU, foram criadas as Federações Universitárias Estaduais (FUEs), responsáveis pela atuação como gestoras e organizadoras do esporte universitário em seus respectivos estados. Porém, atualmente, novas organizações, como Associações Atlético-Acadêmicas e Ligas Universitárias, são formadas para desenvolver o esporte universitário, se tornando em evidência em várias localidades no país. No entanto, é salutar lembrar que o esporte universitário não se resume exclusivamente nessas manifestações.

É importante destacar que a produção científico-acadêmica sobre a temática do esporte universitário ainda é pouco explorada, destacando as obras de Starepravo, et al., (2010), Malagutti (2015), Camargo & Mezzadri (2018) e Xavier, et al., (2019). Porém a ausência de estudos comparativos entre as duas vertentes atuais do esporte universitário viabiliza a realização deste estudo.

O presente artigo tem como objetivo, por meio de uma revisão bibliográfica, descrever o processo de institucionalização e desenvolvimento do esporte universitário no Brasil, destacando seus percursos históricos, evolução e a realidade atual do esporte universitário.

2. Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa com caráter descritivo, pois busca delinear as transformações e o cenário contemporâneo do esporte universitário nacional (Gil, 2008). Para a realização utilizamos dois tipos de pesquisa, sendo a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

De acordo com Gil (2008) a pesquisa documental é aquela que se apropria de documentos que ainda não receberam tratamento analítico. Para as fontes dessa natureza utilizamos os arquivos digitais com elementos históricos, como jornais e leis, bem como também nos apropriamos de regulamentos, peças publicitárias, e outros documentos sobre as manifestações do esporte universitário.

Já em relação à pesquisa bibliográfica, baseamo-nos em análises de produções acadêmicas realizadas por pesquisadores envolvendo a temática em específico (Gil, 2008). Nesse sentido, utilizamos de diferentes materiais bibliográficos, em que a partir de um levantamento prévio sobre a temática, destacamos a utilização de nove livros, dez artigos científicos, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado.

3. Resultados e Discussão

3.1. O esporte universitário e seu desenvolvimento

O esporte, de forma generalista, assim como outras manifestações cotidianas da cultura humana, sofreu muitas transformações e desenvolveu-se durante o decorrer da história. Seu percurso histórico é marcado por mudanças significativas, seja na forma de praticá-lo, seja nas regras e nos locais de prática. Modalidades esportivas e novas práticas são criadas constantemente, em um contínuo processo de transformação (Marchi Jr. & Afonso, 2008).

De acordo com Elias & Dunning (1992), durante o século XIX houve a transformação de jogos e atividades recreativas em esportes com regras específicas de acordo com a modalidade esportiva representada. Tais práticas eram realizadas em vários ambientes, contemplando assim várias camadas sociais, como o caso do rugby, praticado tanto pela elite da época e como pelas classes populares, além de ser praticados em vários ambientes, como por exemplo nas escolas e nas universidades (Bourdieu, 1983).

Na realidade, o próprio desenvolvimento da prática do esporte, mesmo entre os jovens das classes dominadas, sem dúvida resulta em parte do fato de que o esporte se predispunha a cumprir numa escala maior as próprias funções que estavam na origem de sua invenção, nas *public schools* inglesas, no final do século XIX (Bourdieu. 1983, pág. 194).

A princípio o esporte praticado nas Universidades inglesas apresentava-se como uma forma de ocupação do tempo dos jovens estudantes. A formação de caráter destacado por Bourdieu (1983) visava à manutenção da sociedade da época e seus costumes, tanto da classe dominante, quanto das classes dominadas.

Elias & Dunning (1992), em consonância com Bourdieu (1983), elencam o esporte na universidade como uma manifestação do processo civilizador da época. As regras estipuladas para as disputas esportivas surgiram como uma forma de controlar a violência comum na época, assim como “domesticariam” os jovens e suas vontades.

Neste período histórico, as práticas esportivas aparentavam-se inicialmente como uma forma de controle social, porém sua prática tornou-se comum nas escolas inglesas, elevando-as a outro patamar. O amadorismo das práticas esportivas da época transformou-se em competições regulamentadas; o que representava uma simples disputa entre universitários transformou-se em uma competição tradicional, destacando a regata entre as universidades de Oxford e Cambridge (Toledo, 2006).

Podemos então constatar que o esporte universitário acompanhou o processo de institucionalização do esporte, constituindo-se como uma entidade legal, responsável pelas primeiras competições entre universitários. No ano de 1919 há a criação da Confederação Internacional dos Estudantes (CIE), posteriormente incorporada à Federação Internacional do Esporte Universitário (FISU), em 1924.

Há também as Confederações Continentais e Nacionais de Esporte Universitário. No Brasil, a CBDU é a entidade reconhecida e responsável pela organização do esporte universitário nacional, sendo associada à Organização Esportiva Universitária Panamericana (ODUPA), evidenciando a institucionalização do esporte universitário nacionalmente. Em paralelo, analisando o desenvolvimento esportivo brasileiro e sua institucionalização, faz-se necessário a contextualização histórica do esporte no Brasil, destacando sua introdução e evolução. O esporte no Brasil, seguiu modelos semelhantes a outros países, criando suas federações e confederações esportivas, instituindo o esporte nacionalmente.

Como as demais práticas esportivas no Brasil, o esporte no meio acadêmico iniciou-se de forma autônoma, no início do século XX, com a organização e realização por parte dos

próprios alunos, com destaques ao *College Mackenzie* em São Paulo e as Escolas de Medicina e Politécnica do Rio de Janeiro, organizando, inclusive, as primeiras disputas esportivas entre entidades universitárias (Toledo, 2006).

A partir da década de 1940 o esporte universitário foi legalizado, com a institucionalização da CBDU, órgão oficial da gestão do esporte universitário brasileiro (Brasil, 1941a). Sobre a criação das universidades no Brasil e a prática esportiva entre os alunos universitários, sua primeira menção oficial é notada no artigo quarto do Decreto-Lei 421/38, regulando o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil, destacando o caráter higienista das práticas nos ambientes educacionais (Ghiraldelli Jr. 1989; Brasil, 1938).

Durante o governo de Getúlio Vargas, o esporte universitário passa a sofrer intervenção mais efetiva do Estado, assim como a maioria das práticas esportivas no Brasil. Neste período são sancionadas as primeiras leis relacionadas ao esporte, permanecendo inalteradas, salvo algumas alterações periféricas ou formais, até a promulgação da Constituição de 1988 (Manhães, 2002).

Sendo assim, o esporte universitário brasileiro teve seu reconhecimento legal e institucionalização por meio do Decreto-Lei 3.617, de 15 de setembro de 1941, com a criação de uma Confederação própria. É importante ressaltar que a Confederação Brasileira de Desportos Universitários já existia desde o ano de 1939. E neste período era organizada por acadêmicos, Federações Universitárias Estaduais e agremiações do Rio de Janeiro.

Art.1º Fica instituída a Confederação dos Desportos Universitários.

Art.2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:

I. Haverá em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela fazer parte deste.

II. As associações atléticas acadêmicas formarão dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo presidente daquela fazer parte deste.

III. As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos isolados de ensino superior, no Distrito Federal ou dentro de um mesmo Estado ou Território, reunir-se-ão para a constituição de uma federação atlética acadêmica, salvo ser preferirem filiar-se à federação da universidade ou de uma das universidades aí existentes.

IV. As federações atléticas acadêmicas de todo o país formarão a Confederação dos Desportos Universitários.

V. Se, em determinado Estado ou Território, só existir um estabelecimento de ensino superior, filiar-se-á a sua associação atlética acadêmica diretamente à Confederação

dos Desportos Universitários (Brasil, 1941a).

O Decreto-Lei 3.617/41 veio a consolidar legalmente o esporte universitário brasileiro, com a instituição de uma Confederação nacional responsável por sua organização, além das FUEs. A Lei previa ainda a criação das AAAs nas universidades, associações responsáveis pela realização e gestão do esporte nas universidades, bem como a criação e construção de espaços físicos destinados exclusivamente às práticas esportivas.

A Lei menciona a criação dos JUB's como competição oficial do esporte universitário brasileiro, sendo realizada bianualmente e, considerada como primeiros, segundos e terceiros Jogos Universitários Brasileiros respectivamente, a Primeira Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1935, os Jogos Universitários de Minas Gerais, realizados em 1938, e a Segunda Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em São Paulo, em 1940 (Manhães, 2002).

Analisando o contexto político da época de consolidação da CBDU, o esporte universitário insere-se como uma manifestação esportiva controlada pelo Estado, por meio de mecanismos legais, como o Decreto-Lei 3.199/41.

Art. 11. Terão organização à parte, relacionados entretanto com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os desportos universitários e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército, e os das forças policiais (Brasil, 1941b).

O Conselho Nacional de Desportos (CND) representava todas as instâncias do esporte brasileiro e seu domínio sobre as práticas esportivas fica evidente no Decreto-Lei nº 5.342, de 25 de março de 1943. O referido Decreto-Lei dispunha sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades esportivas, além de dar outras providências, como a necessidade de um alvará de licença de funcionamento (Brasil, 1943). O artigo 4º do mesmo artigo fazia referência às entidades esportivas da época, que podem ser entendidas como clubes esportivos, além dos meios estudantis como as AAAs, ambas sob gestão do Conselho Nacional de Desportos.

Durante o Estado Novo, os clubes representavam as unidades básicas onde o esporte era ensinado e praticado; tal função permaneceu inalterada até o Governo Militar. Durante esse período, as leis esportivas sofreram poucas alterações, com destaque para a lei 6.251/75 e o Decreto 80.228/77. Foi neste período histórico brasileiro que, segundo Castellani Filho (2003) e Batista & Golçalves Junior (2010), as AAAs ganharam maior espaço nas

organizações acadêmicas como uma estratégia para desenvolvimento esportivo dos alunos, mas também, representando um órgão de distanciamento dos estudantes ao cenário político da época.

Como principais mudanças o CND passou a se enquadrar como um órgão normativo do Ministério da Educação e as formas de organização esportiva se alteraram. De acordo com Manhães (2002): “são reconhecidas as seguintes formas de organização dos desportos: I – comunitária; II – estudantil; III – militar; IV – classista”. Porém os clubes ainda representavam a principal instituição para formação e seleção dos atletas nacionais, sem nenhuma menção ao esporte universitário.

Camargo & Mezzadri (2018) destacam que durante o período de 1940 a 1980 o esporte universitário apresentou situações de valorização e desvalorização, relacionando sua atuação diretamente com o governo da época. Pires (1998), Dantas Junior (2009) e Batista & Gonçalves Junior (2010) relatam que durante esse período, o esporte universitário durante o regime militar foi utilizado como meio para legitimar a prática esportiva nos estabelecimentos educacionais, além de ser um meio de formação de atletas para representação em seleções nacionais.

Posteriormente a este período, houve o processo de abertura política e mudanças significativas na realidade do esporte nacional. Marchi Jr. (2001) evidencia a participação empresarial no meio esportivo, como o caso da introdução dos patrocínios nos times de voleibol, oportunizando, por exemplo, a manutenção dos melhores jogadores na nacional. Neste sentido, algumas universidades brasileiras atuaram como parceiras e com equipes em ligas nacionais, como a Universidade Bandeirantes (Uniban) e Universidade de Guarulhos (UnG), no voleibol feminino durante a década de 1990 (Marchi Jr, 2001), Universidade de Araraquara (UNIARA), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e o grupo educacional Universo, no basquetebol nas décadas de 1990 e no começo dos anos 2000 (Mandarino, et al., 2013; Leister Filho, 2003).

Atualmente algumas IES estabelecem parcerias com clubes esportivos, dentre eles o Santos Futebol Clube e o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), a Sociedade Esportiva Palmeiras e a Faculdade das Américas (FAM) e o Sport Club Corinthians Paulista e a Universidade do Brasil. Porém, tal parceria limita-se apenas a benefícios de descontos ofertados nos programas de sócio torcedores mantidos pelos três clubes (Queiroz, 2018).

Utilizando como exemplo o caso da UNIARA, a situação que se deu a utilização do nome da IES atrelado à prática esportiva nos causa reflexão. Embora a equipe representasse o nome da Universidade, atletas e comissão técnica eram profissionais sem nenhuma ligação

acadêmica com a IES, sendo contratados ou dispensados de acordo com o mercado esportivo. Tal fato é evidenciado por Tubino (2010) destacando o movimento do esporte universitário, uma vez que para o autor as atividades esportivas nas IES são praticamente nulas.

A partir do exposto, podemos identificar o processo de institucionalização do esporte universitário no Brasil durante a década de 1940, período no qual o esporte brasileiro de maneira geral foi institucionalizado por meio de confederações e federações próprias. Atualmente a CBDU, como citado anteriormente, apresenta-se como a principal entidade para as realizações do esporte universitário brasileiro, porém, novos grupos independentes apresentam-se com alternativas ao modelo nacional já consolidado.

3.2. As manifestações atuais do esporte universitário brasileiro

Atualmente, a Confederação Brasileira de Desportos Universitário e por meio de suas Federações Estaduais filiadas, são as responsáveis pela organização e gestão do esporte universitário nacional. Destacamos algumas das manifestações na Figura 1.

Figura 1. Competições nacionais organizadas pela CBDU no ano de 2019.



Fonte: Autores.

Em nível nacional, a CBDU organiza e chancela algumas competições com efeito classificatório para as disputas do JUBs – Fase Final, além dos JUBs – Jogos de Praia, JUBs – Futebol, JUBs Paradesportivo, o JUBs – Basquete 3x3, Futebol 7, Lutas, Raquetes e Xadrez e o JUBs - Rugby 7, competições com inscrições individuais por meio das Federações Estaduais.

Em anos anteriores, os eventos estaduais eram classificatórios para as edições dos

Jogos Universitários Brasileiros, porém no ano de 2018, com a edição do 65º JUBs, houve a introdução do formato de classificação por meio de Conferências (Figura 2), prolongando assim o calendário anual de competição em algumas modalidades esportivas.

Figura 2. Conferências estipuladas pela CBDU para a classificação e participação em algumas modalidades esportivas nos JUBs.



Fonte: Autores.

Conforme consta em seu regulamento geral, é importante destacar o formato de classificação das equipes. Todas as três primeiras equipes classificadas em cada conferência garantem participação nos JUBs nas modalidades Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol (Confederação Brasileira de Desportos Universitários, 2018). Em conferências em que o estado da cidade sede dos JUBs participa, o formato de classificação das equipes será alterado. Haverá haver uma competição estadual separada da competição de conferência para classificação das equipes do estado da cidade sede. Sendo assim, na competição de conferência serão classificados apenas as duas equipes primeiro colocadas.

Figura 3. Sistema classificatório das modalidades Basquete, Futsal, Handebol e Voleibol.



Fonte: Autores.

Todas as fases dos JUBs, desde sua realização estadual, apresentam um caráter celetista, ou seja, selecionam por meio da classificação final durante a competição, os

integrantes das competições subsequentes. Os vencedores das modalidades nos JUBs têm o direito de representar nacionalmente a CBDU em competições internacionais como as Universíades de Inverno e Verão, além de competições continentais.

Sobre as modalidades esportivas presentes nas competições é importante ressaltar que algumas apresentam competições próprias, não necessariamente disputadas durante os JUBs – Fase Final, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Quadro 1. Modalidades presentes nas competições organizadas pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários.

MODALIDADES ESPORTIVAS NAS COMPETIÇÕES	
Competição	Modalidades Esportivas
JUBS – Jogos de Praia	Beach Soccer, Futevôlei, Hand Beach e Vôlei de Praia
JUBS – Futebol	Futebol de Campo
JUBS Paradesportivo	Badminton, Basquete 3x3, Judô e Tênis de Mesa
JUBS – Basquete 3x3, Futebol 7, Lutas, Raquetes e Xadrez	Badminton, Basquete 3x3, Futebol de 7, Lutas (Jiu-jitsu, Judô, Karatê, Luta Olímpica, Muay Thai, Taekwondo e Wushu), Tênis, Tênis de Mesa e Xadrez
JUBS – Rugby 7	Rugby de 7
Jogos Universitários Brasileiros – Fase Final	Atletismo, Atletismo Paradesportivo, Basquete, Futebol Eletrônico, Futsal, Handebol, Judô, <i>League of Legends</i> , Natação, Natação Paradesportiva e Voleibol

Fonte: Autores.

Na 65ª Edição dos JUBs em Maringá, algumas modalidades como Ciclismo, Skateboarding e Vôlei de Praia entraram na competição como solicitação da cidade sede (Confederação Brasileira de Desportos Universitários, 2018). Destaca-se também a presença de modalidades diversificadas, como as paradesportivas e os E-Sports. A introdução de novas modalidades, acompanha uma transformação cíclica das práticas esportivas, justificado pela inclusão de modalidades relativamente novas, como o caso do *Skateboarding* e os *E-Sports*, que tem por objetivo de contemplar um maior número de participantes na competição (Lee, et al., 2014).

Porém, atualmente, além das competições oficiais organizadas pela Confederação nacional ou pelas Federações estaduais, um novo modelo de organização voluntária e amadora vem ganhando destaque no cenário do esporte universitário brasileiro. As Associações Atlético Acadêmicas e as Ligas Acadêmicas (criadas a partir da união de um grupo de Atlético de uma mesma Universidade ou Centro de Estudos), já citadas anteriormente como uma organização oficial das Universidades para a prática do esporte

universitário em outrora, ressurgem em sua maioria sob organização própria dos acadêmicos das IES.

Esse novo formato de competição esportiva caracteriza-se como eventos de curta duração (com a utilização de datas próximas a feriados prolongados e/ou fins de semanas seguidos), com a participação de acadêmicos de um curso de graduação em específico ou de um mesmo centro de estudos, que englobam vários cursos (Quadro 2).

Quadro 2. Modalidades Esportivas presentes em competições organizadas por Acadêmicos.

COMPETIÇÃO	DIVISÕES	ATLÉTICAS	MODALIDADES ESPORTIVAS
InterUNESP®	Duas Divisões	23	Atletismo; Basquete; Futebol Society; Futsal; Handebol; Jiu-jitsu; Judô; Natação; Tênis; Tênis de Mesa; Vôlei; Vôlei de Praia e Xadrez
InterMED – SP	Uma Divisão	11	Atletismo; Basquete; Beisebol; Futebol de Campo; Futsal; Handebol; Judô; Natação; Tênis; Tênis de Mesa; Vôlei; Vôlei de Praia e Xadrez
Engenharíadas - PR	Duas Divisões	26	Atletismo; Basquete; Futebol de Campo; Futsal; Handebol; Judô; Natação; Tênis; Tênis de Mesa; Vôlei; Vôlei de Praia e Xadrez
Jogos Jurídicos - MG	Duas Divisões	22	Atletismo; Basquete; Futebol de Campo; Futsal; Handebol; Jiu-jitsu; Judô; Natação; Peteca; Tênis; Tênis de Mesa; Vôlei e Xadrez

Fonte: Autores.

A organização independente por parte dos acadêmicos permite a realização de mudanças significativas no formato da competição. Embora o sistema de disputa esportiva siga moldes do esporte tradicional, com modalidades praticadas de acordo com as regras pré-estipuladas pelas respectivas federações, tais mudanças são realizadas afim de adequá-la à um formato próprio, pensando em seus acadêmicos participantes e suas obrigações posteriores. Há também algumas competições paralelas ao evento esportivo, como o Desafio de Baterias, Desafio de Charangas e Desafio de Cheerleaders (Liga Esportiva das Engenharias do Paraná, 2018; Liga Jurídica Mineira, 2018), possibilitando aos alunos que não são selecionados para as competições esportivas e/ou não possuem afinidade esportiva.

Relacionando com as competições oficiais, os eventos organizados pelas AAAs e pelas Ligas Acadêmicas, não apresentam um caráter classificatório, com participação em competições posteriores. A partir desta lógica exposta, podemos destacar a socialização como

uma das principais motivações dos alunos participantes (Hansen, 1993; Eichberg, 2006; Eichberg, 2016). Tal formato de competição, permite aos acadêmicos não selecionados para torneios oficiais a possibilidade de participar em uma competição universitária.

Além das competições esportivas, durante os eventos organizados pelas AAAs são realizadas festas “open bar”, com a presença de atrações musicais de renome nacional. O repasse financeiro da venda de convites é um importante renda para as AAAs, em complemento a outras fontes como a venda de camisetas, chaveiros e a organização de eventos culturais (Palma & Inácio, 2010). Nesse contexto festivo descrito, há a presença de acadêmicos que participam dos eventos apenas como expectadores e/ou consumidores das festas. Há também a presença de acadêmicos que participam apenas como atletas, pois algumas AAAs contratam técnicos esportivos para o treinamento anual de algumas modalidades voltado à competição (Farjado, 2018).

É importante ressaltar que nenhuma IES tem seu nome vinculado as competições organizadas pelas AAAs. Porém uma relação de proximidade é estabelecida em algumas situações, como exemplo, o empréstimo de espaços esportivos para realização de treinos e eventos pontuais das organizações estudantis (Malagutti, 2015).

Figura 4. Mapa conceitual das realizações do esporte universitário



Fonte: Autores.

Portanto de acordo com a Figura 3, nota-se duas vertentes distintas de organização e gestão do esporte universitário brasileiro. Como primeiro modelo, temos o modelo oficial, pautado no formato tradicional da prática esportiva, com disputas entre universidades e com fases classificatórias. Em contrapartida podemos mencionar as realizações alternativas do esporte universitário, com as mesmas disputas esportivas, porém com uma finalidade

diferenciada, destacando a intencionalidade da consumação do evento e os eventos paralelos realizados em conjunto com os eventos.

4. Considerações Finais

O esporte universitário brasileiro atualmente pode ser organizado por meio de diversas vertentes, entretanto duas são mais evidenciadas, uma considerada tradicional, com as competições organizadas por entidades oficiais, reconhecidas em leis e com vínculo e amparo governamental; e outra autônoma, com a organização exclusivamente dos acadêmicos por meio de suas AAAs e Ligas. É importante ressaltar que a prática do esporte universitário pode ser realizada como uma opção de lazer dos estudantes ou como uma atividade lúdica.

Os dois modelos apresentam-se enquanto competições, com jogos entre as equipes em diversas modalidades esportivas, mas diferem-se em alguns pontos importantes, a intencionalidade da realização da competição e a presença de festas nas competições promovidas pelas AAAs.

As organizações oficiais do esporte universitário brasileiro visam a realização tradicional do esporte em suas competições, uma vez que pensam e organizam suas competições em fases classificatórias a fim de buscar representações nacionais e internacionais em eventos do esporte universitário, portanto, buscando assim os melhores atletas/alunos por meio dos resultados. Já no formato alternativo, há também a realização da prática esportiva comum, porém sua finalidade é diferenciada, buscando uma participação mais democrática de seus alunos/atletas, uma vez que há atividades diferenciadas, como desafio de baterias, charangas e competição de líderes de torcidas, e não apenas esportivas.

Referências

Batista, G, & Gonçalves Junior, L (2010). A educação física escolar no período da ditadura militar: análise de depoimentos de ex-alunos da cidade de Brotas/SP. In: III Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, 2010, São Carlos. Anais... São Carlos: CEEFE/UFSCar, p.1-8. Disponível em: <http://www.eefe.ufscar.br/upload/1.pdf>. Acesso em 23 maio 2020.

Bourdieu, P (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Brasil (1938). *Decreto-Lei nº 421/38*. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

Brasil (1941a). *Decreto-Lei nº 3.167/41*. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

Brasil (1941b). *Decreto-Lei nº 3.199/41*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

Brasil (1943). *Decreto-Lei nº 5.342/43*. Estabelece as relações entre atletas e as entidades desportivas.

Camargo, P. R., & Mezzadri, F. M (2018). A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). *Motrivivência*, Florianópolis/SC, v. 30, n. 53., p. 52-68. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n53p52>.

Castelanni Filho, L (2003). *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Segunda Edição, Campinas: Papirus.

Confederação Brasileira de Desportos Universitários. (2018). *Regulamento geral: temporada 2018*. Brasília. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Regulamento-Geral-JUBs-2018.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2020.

Dantas Junior, H. S. A. (2009). “Esportivização” da Escola na Sociedade do Espetáculo: o caso dos Jogos da Primavera em Sergipe (1964-1995). *Revista HISTEDBR*, n.35, 108-125. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639617>.

Eichberg, H (2006). Sport as festivity: Education through festival. In: *Lecture at the Akademia Wychowania Fizycznego (The Józef Piłsudski Academy of Physical Education)* in Warsaw, January. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237811888_Sport_as_festivity-Education_through_festival. Acesso em 15 maio 2020.

Eichberg, H. (2016). *Questioning Play: what play can tell us about social life*. Routledge: Londres.

Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da Excitação*. Lisboa. Difel.

Faculdade De Medicina – Universidade de São Paulo. (2018). *Medicina Pinheiros é a campeã geral da edição 2018 da Intermed, tradicional competição interuniversitária*. Universidade de São Paulo. Acesso em: <http://www3.fm.usp.br/fmusp/noticias/medicina-pinheiros-e-a-campea-geral-da-edicao-2018-da-intermed-tradicional-competicao-interuniversitaria>. Acesso em 04 de maio de 2020.

Farjado, V. (2019). *'Parece até curso de educação física', diz aluno de medicina sobre rotina de treinos e competições esportivas*. Educação – Guia da Carreiras – Globo.com. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/08/21/parece-ate-curso-de-educacao-fisica-diz-aluno-de-medicina-sobre-rotina-de-treinos-e-competicoes-esportivas.ghtml>. Acesso em 04 maio 2020.

Ghiraldelli Jr., P. (1989). *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. Edições Loyola: São Paulo.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Hansen, J. (1993). “Fagenes Fest”: Working-class culture and sport. In: DIETRICH Knut; EICHBERG, Henning (org.). *Body language: on identity and conflict*. Frankfurt/M.: Afra., 97-129.

Lee, S. W., An, J. W., & Lee, J. Y. (2014). The relationship between e-sports viewing motives and satisfaction: the case of league of legends. In: *International Conference on Business, Management & Corporate Social Responsibility (ICBMCSR'14)*, Feb. 14-15. Disponível em: http://web.yonsei.ac.kr/bkgsi/pdf_paper.pdf. Acesso em 07 maio 2020.

Leister Filho, A (2003). *Universidade se expande e põe em risco elite do basquete no brasil*. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u68610.shtml>. Acesso em 02 maio 2020.

Liga Esportiva das Engenharias Do Paraná. (2018). *Engenharíadas Paranaense*. Agência Euphoria. Disponível em: <http://www.engenhariadaspr.com.br>. Acesso em 03 maio 2020.

Liga Jurídica Mineira. (2018). *Jogos Jurídicos Mineiros*. Agência Euphoria. Disponível em: <http://www.jogosjuridicosmineiros.com.br>. Acesso em 03 maio 2020.

Malagutti, J. P. M. (2015). *Esporte ou Festa?: uma análise sobre o subcampo do esporte universitário no Paraná*(Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2253>. Acesso em 07 maio de 2020.

Mandarino, J. D. B., Da Silva, C. A. F., Capinussú, J. M., & Ribeiro, C. H.de V. (2013). Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias. *SALUSVITA*, Bauru, 32(1), 63-85. Disponível em: https://secure.usc.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v32_n1_2013_art_05.pdf. Acesso em 08 maio 2020.

Manhães, E. D. 2002. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Marchi Jr., W. (2001). *"Sacando" o Voleibol: do amadorismo a Espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)*(Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275342>. Acesso em 11 maio 2020.

Marchi Jr, W., & Afonso, G. F. (2007). Globalização e Esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz. *Futebol e Globalização*. Jundiaí, SP: Fontoura.

Palma, D., & Inácio, S. L. (2010). Perfil dos gestores do esporte universitários da região metropolitana de São Paulo. *Coleção Pesquisa em Educação Física*– 9(2), 215 - 222. Disponível em: <https://www.fontouraeditora.com.br/periodico/upload/artigo/6081502742482.pdf>. Acesso em 08 maio 2020.

Pires, G. L. (1998). Breve Introdução ao Estudo dos Processos de Apropriação Social do Fenômeno Esporte. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, 9(1), p. 25-34. DOI: <https://doi.org/10.4025/reveducfisv9n1p25-34>.

Queiroz, G. (2018). *Clubes de futebol fecham parcerias com universidades particulares*. Revista Veja - São Paulo. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/clubes-de-futebol-fecham-parcerias-com-universidades-particulares>. Acesso em 09 maio 2020.

Reis, F. (2016). *Classificação, duas divisões e baterias: entenda como funciona o Inter*. TV Fronteira, publicado em 08/11/2016. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/sppresidenteprudenteregio/noticia/2016/11/classificacaoduas-divisoes-e-baterias-entenda-como-funciona-o-inter.html>. Acesso em 09 maio 2020.

Starepravo, F. A., Reis, L. J. A., Mezzadri F. M., & Marchi Jr, W. (2010). O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. *Revista Brasileira do Ciências do Esporte*, 31(3), 131-148. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/376/531>. Acesso em 10 maio 2020.

Toledo, R. (2006). *Gestão no Esporte Universitário: uma importante estratégia de marketing para as universidades*. São Paulo: Aleph.

Tubino, M. J. G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem.

Xavier, L., AZevêdo, P., Ribeiro, A., & Ramos, P. (2019) *Gestão do Esporte Universitário no Brasil e nos EUA*. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)*, Vol. 4 – N. 1, 32-47. Disponível em: <http://revistagestaodoesporte.com.br/local/revista/artigos/V4N1/3-Gest%C3%A3o%20do%20Esporte%20Universit%C3%A1rio%20no%20Brasil%20e%20nos%20EUA.pdf>. Acesso em 11 maio 2020.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João Paulo Melleiro Malagutti – 34%

Jeferson Roberto Rojo – 33%

Fernando Augusto Starepravo – 33%